

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67.298 - BA (2021/0283559-7)
RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : -----
ADVOGADOS : VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA
BREDERODES
- PE033622
MARIA GABRIELA BREDERODES BARROS - PE034915
JOSÉ SÉRGIO ALVES AMORIM - BA050167
----- BA038404
RAFAELA CABRAL DAMASCENO - BA044130
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : RAISSA BARBOSA ASSIS DINIZ - BA058726

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Recurso Ordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que extinguiu o Mandado de Segurança sem exame do mérito, por considerar necessária, no caso, a dilação probatória.

2. Nas razões do Recurso, a impetrante afirma estar acometida por paquioníquia congênita hereditária e que, em razão das limitações que a doença acarreta, é pessoa com deficiência. No entanto, após aprovação na primeira e segunda fases do concurso para o cargo de Juiz Substituto do Estado da Bahia, a banca examinadora do certame entendeu não enquadrar sua condição no conceito de deficiência previsto no Decreto 3.298/1999.

3. O Mandado de Segurança exige que o direito pleiteado seja líquido e certo. Significa que os fatos apresentados como causa de pedir estejam documentalmente comprovados. Assim, em regra, esse instrumento processual é inadequado para discutir a correção da decisão da banca examinadora que conclui que o candidato não tem deficiência física.

4. No entanto, o caso concreto é dotado de peculiaridades que permitem a concessão da ordem. É que, vista a prova documental trazida aos autos em contraposição aos argumentos desenvolvidos pelo Estado da Bahia, é possível concluir que a decisão da banca examinadora não foi devidamente fundamentada e é, até mesmo, contraditória. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem concedido a segurança nos casos em que existem documentos suficientes para concluir que a impetrante é pessoa com deficiência. Precedentes do STJ. 5. Consta nos autos o parecer da Equipe Multiprofissional e Interdisciplinar (fl. 328, e-STJ) em que foram anotadas limitações físicas nos seguintes aspectos: a) prolongado período de pé; b) deslocamentos internos; c) subir ou descer escadas; e d) transporte manual de peso superior a 5kg.

Superior Tribunal de Justiça

Reconhecido pela própria Equipe Multiprofissional que a impetrante tem limitações para deslocamentos internos, para subir ou descer escadas, que não pode permanecer em pé por prolongado período e que tem dificuldades para transportar peso superior a apenas 5kg, não há como não reconhecer a deficiência física, ante o que estabelecem os arts. 3º, I, e 4º, I, do Decreto 3.298/1999.

6. Não bastasse, a impetrante já foi reconhecida como pessoa com deficiência em certames pretéritos, notadamente no concurso público para provimento do cargo de Defensor Público do Estado de Alagoas (certidão à fl. 26, e-STJ), bem como no processo seletivo para Conciliador do próprio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (certidão à fl. 115, e-STJ). Às fls. 116-117, e-STJ, consta o laudo de perícia médica elaborado pela banca examinadora do concurso público para Defensor Público do Estado de Alagoas, no qual se concluiu que a candidata tem deficiência física. Como bem pontuou o Ministério Público Federal em seu parecer, “não se revela razoável, nem isonômico, que em um concurso público determinada necessidade especial seja considerada reconhecida à candidata e noutro certame tal condição seja ignorada. Assim, se em dois processos seletivos diferentes a recorrente foi considerada pessoa com deficiência, não se mostra sensato retirar-lhe essa condição em concurso público realizado pela mesma instituição e pela mesma Banca Examinadora”.

7. Há nos autos, ainda, diversos atestados médicos que confirmam que a impetrante é pessoa com deficiência, com recomendação, inclusive, de uso de órteses e, nos períodos de crises agudas, de cadeira de rodas (fls. 244-246, 247 e 248, e-STJ).

8. No Recurso Ordinário, a impetrante requer a concessão da segurança para que se determine imediata nomeação e posse. Esse pedido, contudo, não foi feito na inicial do Mandado de Segurança, que se limitou a requerer a declaração de ilegalidade do ato administrativo que a inabilitou no certame. Além disso, seria necessário discutir outros pressupostos não debatidos neste feito, como a ordem final de classificação da candidata, a quantidade de vagas existentes para pessoas com deficiência e o cronograma de nomeações.

9. Às fls. 620-650, e-STJ, a impetrante reitera o pedido de imediata nomeação e junta documentos que demonstram a nomeação de vários candidatos em 2020 e 2021. Esses documentos só foram apresentados em 10.6.2022, a poucos dias do julgamento e, por isso, não foram objeto de contraditório. Ademais, o Mandado de Segurança não permite dilação probatória.

10. Recurso Ordinário parcialmente provido, para reconhecer a ilegalidade do ato administrativo que excluiu a candidata do certame, de modo a restabelecer habilitação e classificação na lista reservada às pessoas com deficiência no concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia.

Superior Tribunal de Justiça

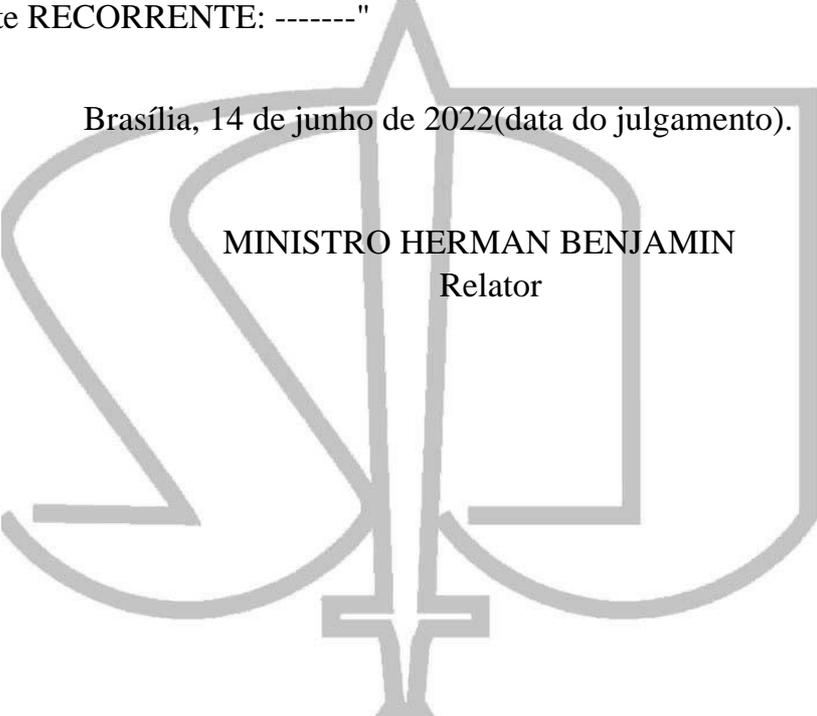
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,
acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: ""A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr(a). VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA
BREDERODES,
pela parte RECORRENTE: -----"

Brasília, 14 de junho de 2022(data do julgamento).

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator



Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67.298 - BA (2021/0283559-7)
RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : -----
ADVOGADOS : VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA
BREDERODES
- PE033622
MARIA GABRIELA BREDERODES BARROS - PE034915
JOSÉ SÉRGIO ALVES AMORIM - BA050167
----- - BA038404
RAFAELA CABRAL DAMASCENO - BA044130
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : RAISSA BARBOSA ASSIS DINIZ - BA058726

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança contra acórdão assim ementado (fls. 455-485, e-STJ):

DIREITO ADMINISTRATIVO.
MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO.
CANDIDATA REPROVADA. NÃO ENQUADRAMENTO NO
CONCEITO LEGAL DE DEFICIENTE FÍSICO INSERTO NO DECRETO
FEDERAL N.º 3.298/99. QUESTÃO CONTROVERTIDA. DIREITO
LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. DILAÇÃO
PROBATÓRIA NECESSÁRIA. PRECEDENTES DO STJ.
PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA ACOLHIDA.
EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Nas razões do Recurso (fls. 492-524, e-STJ), a impetrante afirma estar acometida por paquioníquia congênita hereditária e que, em virtude das limitações que a doença acarreta, é pessoa com deficiência. No entanto, após aprovação na primeira e segunda fases do concurso para o cargo de Juiz Substituto do Estado da Bahia, a banca examinadora do certame entendeu não enquadrar sua condição no conceito de deficiência previsto no Decreto 3.298/1999.

Diz que foi aprovada em outros concursos públicos na condição de deficiente e

Superior Tribunal de Justiça

que o ato impugnado não foi devidamente fundamentado. Apresentou documentação que comprova a nomeação para vaga destinada a pessoa com deficiência em seleção pública realizada pelo próprio Tribunal de Justiça da Bahia. Afirma (fl. 506, e-STJ):

Excelência, esta última situação é ainda mais grave, pois a perícia do certame de JUIZ LEIGO E CONCILIADOR para o TJBA foi realizada em novembro de 2019. A pretexta perícia para o certame de JUIZ SUBSTITUTO do TJBA ocorreu em janeiro de 2020, ou seja, apenas 2 meses separaram as duas perícias. Assim, a grave e incapacitante doença que acomete a candidata não teve, por óbvio, cura, remissão, tratamento nem melhora.

Ora, o TRIBUNAL É O MESMO - TJBA, A BANCA AVALIADORA TAMBÉM - CEBRASPE e em lapso temporal de apenas dois meses.

Por fim, argumenta que o contraditório e a ampla defesa não foram observados

e solicitou o deferimento de medida liminar.

Contrarrazões às fls. 542-561, e-STJ. Sustenta o Estado da Bahia que inexistente

direito líquido e certo a ser tutelado e que a condição da impetrante não se insere no conceito

de deficiência previsto no Decreto 3.298/1999.

Deferi parcialmente a liminar pleiteada, para determinar a reserva de vaga em

favor da impetrante.

Parecer do Ministério Público Federal pela concessão da segurança às fls. 569-571, e-STJ.

É o relatório.

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67.298 - BA (2021/0283559-7)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Os autos

Superior Tribunal de Justiça

foram recebidos neste Gabinete em 25.5.2022.

O Mandado de Segurança exige que o direito pleiteado seja líquido e certo. Significa que os fatos apresentados como causa de pedir devem estar documentalmente comprovados.

Assim, em regra, esse instrumento processual não é adequado para discutir a correção da decisão da banca examinadora que concluir que o candidato não tem deficiência física.

No entanto, o caso concreto é dotado de peculiaridades que permitem a concessão da ordem. É que, vista a prova documental trazida aos autos em contraposição aos argumentos desenvolvidos pelo Estado da Bahia, é possível concluir que a decisão da banca examinadora não foi devidamente fundamentada e é, até mesmo, contraditória.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem concedido a segurança em casos similares ao presente, em que há documentos suficientes para concluir que a impetrante é pessoa com deficiência.

Cito precedentes:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. NOTÁRIO. CANDIDATO DEFICIENTE. CONDIÇÃO. COMPROVAÇÃO. DEFICIÊNCIA APRESENTADA. ATRIBUIÇÕES DO CARGO. COMPATIBILIDADE. INVESTIDURA. REQUISITO.

1. Nos termos do art. 37, VIII, da Constituição Federal, a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão, previsão que, como forma de política social de integração social, tem a finalidade de minimizar os preconceitos, dificuldades e desvantagens enfrentados por aqueles que integram esse grupo vulnerável.

2. Para concretização da ação de conteúdo afirmativo, foi editada a Lei n. 7.853/1999, que estabeleceu normas gerais para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências e sua efetiva integração social, com a determinação de "adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho (...) nas entidades da

Superior Tribunal de Justiça

Administração Pública e do setor privado". Edição do Decreto n. 3298/1999 regulamentando a referida Lei.

3. Hipótese em que, havendo comprovação suficiente por diversos

relatórios e atestados médicos, não há como afastar o reconhecimento de que o impetrante é deficiente físico, nos moldes previstos no art. 4º, I, do Decreto n. 3.298/1999, já que possui membro com deformidade adquirida, que acarreta o comprometimento da função física.

4. Não obstante as conclusões de equipes multiprofissionais de concursos diversos não vinculem a Administração, não se mostra razoável que o candidato seja considerado deficiente físico em vários concursos no País (ocupando, inclusive, cargo em tribunal, para o qual concorreu na condição de deficiente físico) e não seja assim tido em um único certame.

5. Desnecessidade de dilação probatória para o enquadramento do impetrante no grupo vulnerável, devendo ser garantido o seu direito de permanecer na lista especial.

6. A exigência prevista no Decreto n. 3298/1999 - de compatibilidade entre a deficiência do candidato com as funções do cargo concorrido - serve como requisito de investidura no cargo (adequação funcional), e não como requisito para a caracterização da deficiência.

7. Ilegalidade no estabelecimento de condição não prevista na legislação, qual seja, de que a deficiência dificulte o exercício das atribuições do cargo específico (na hipótese, notário ou registrador público).

8. Recurso provido. Ordem concedida.

(RMS n. 45.477/AP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 10/10/2017)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE DE DEFICIENTE AUDITIVO UNILATERAL. POSSIBILIDADE.

1. Hipótese em que o Tribunal de origem, embora reconheça a surdez unilateral, julgou improcedente o *mandamus*, considerando que a impetrante não se enquadra no conceito de deficiente físico preconizado pelo art. 4º do Decreto 3.298/1999, com redação dada pelo Decreto 5.296/2004 (vigente ao tempo do edital).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, no concurso público, é assegurada a reserva de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais acometidos de perda auditiva, seja ela unilateral ou bilateral.

3. Reexaminando os documentos anexos à exordial, depreende-se que, segundo o laudo médico emitido, a candidata tem malformação congênita (deficiência física) na orelha e perda auditiva no ouvido direito, o que caracteriza a certeza e a liquidez do direito ora vindicado, na espécie.

4. Agravo Regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no RMS 34.436/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/5/2012)

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. PROVA DA CONDIÇÃO. EXCLUSÃO DA LISTA DE HABILITADOS. ILEGALIDADE.

Suficientemente provada pela impetrante, por meio dos documentos idôneos que juntou à impetração, sua condição de pessoa com deficiência física, impõe-se reconhecer-lhe tal *status*, por força de inafastável incidência do que dispõe o art. 4º, inciso I, do Decreto n. 3.298/1999, ainda que o acórdão recorrido, com esteio em um só laudo pericial divergente, tenha decidido de modo diverso. Precedentes.

RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

(RMS n. 31.861/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 25/4/2013)

Consta nos autos o laudo médico da Equipe Multiprofissional e Interdisciplinar (fl. 328, e-STJ) em que foram anotadas limitações físicas quanto a estes aspectos: a) prolongado período de pé; b) deslocamentos internos; c) subir ou descer escadas; e d) transporte manual de peso superior a 5kg. Apesar do reconhecimento dessas restrições, a conclusão foi a de que a candidata não se enquadraria na definição de deficiência física.

Ora, reconhecido pela própria Equipe Multiprofissional que a impetrante tem

limitações para deslocamentos internos, para subir ou descer escadas, que não pode permanecer em pé por prolongado período e que tem dificuldades para transportar peso superior a apenas 5kg, não há como não reconhecer a deficiência física, ante o que estabelecem os arts. 3º, I, e 4º, I, do Decreto 3.298/1999:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

(...)

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

Superior Tribunal de Justiça

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais

segmentos do corpo humano, acarretando o **comprometimento da função física**, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, **membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;**

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que a expressão

"dificuldades para o desempenho de funções", contida no art. 4º, I, do Decreto 3.298/1999,

diz respeito às funções orgânicas do indivíduo, não às funções do cargo:

E M E N T A: CONCURSO PÚBLICO – PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – RESERVA PERCENTUAL DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS (CF, ART. 37, VIII) – OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE, DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO RECONHECIMENTO DO DIREITO VINDICADO PELA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – ATENDIMENTO, NO CASO, DA EXIGÊNCIA DE COMPATIBILIDADE ENTRE O ESTADO DE DEFICIÊNCIA E O CONTEÚDO OCUPACIONAL OU FUNCIONAL DO CARGO PÚBLICO DISPUTADO, INDEPENDENTEMENTE DE A DEFICIÊNCIA PRODUZIR DIFICULDADE PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE FUNCIONAL – **INADMISSIBILIDADE DA EXIGÊNCIA ADICIONAL DE A SITUAÇÃO DE DEFICIÊNCIA TAMBÉM PRODUZIR “DIFICULDADES PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DO CARGO”** – PARECER FAVORÁVEL DA

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. PROTEÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL ÀS PESSOAS VULNERÁVEIS. LEGITIMIDADE DOS MECANISMOS COMPENSATÓRIOS QUE, INSPIRADOS PELO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DIGNIDADE PESSOAL (CF, ART. 1º, III), RECOMPÕEM, PELO RESPEITO À ALTERIDADE, À DIVERSIDADE HUMANA E À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, O PRÓPRIO SENTIDO DE ISONOMIA INERENTE ÀS INSTITUIÇÕES

REPUBLICANAS. - O tratamento diferenciado em favor de pessoas portadoras de deficiência, tratando-se, especificamente, de acesso ao serviço público, tem suporte legitimador no próprio texto constitucional (CF, art. 37, VIII), cuja razão de ser, nesse tema, objetiva compensar, mediante ações de conteúdo afirmativo, os desníveis e as dificuldades que afetam os indivíduos que compõem esse grupo vulnerável. Doutrina. - A vigente Constituição da República, ao proclamar e assegurar a reserva de vagas em concursos públicos para os

Superior Tribunal de Justiça

portadores de deficiência, consagrou cláusula de proteção viabilizadora de ações afirmativas em favor de tais pessoas, o que veio a ser concretizado com a edição de atos legislativos, como as Leis nº 7.853/89 e nº 8.112/90 (art. 5º, § 2º), e com a celebração da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), já formalmente incorporada, com força, hierarquia e eficácia constitucionais (CF, art. 5º, § 3º), ao plano do ordenamento positivo interno do Estado brasileiro. - Essa Convenção das Nações Unidas, que atribui maior densidade normativa à cláusula fundada no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República, legitima a instituição e a implementação, pelo Poder Público, de mecanismos compensatórios destinados a corrigir as profundas desvantagens sociais que afetam as pessoas vulneráveis, em ordem a propiciar-lhes maior grau de inclusão e a viabilizar a sua efetiva participação, em condições equânimes e mais justas, na vida econômica, social e cultural do País.

HERMENÊUTICA E DIREITOS HUMANOS: O PRINCÍPIO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL COMO CRITÉRIO QUE DEVE REGER A INTERPRETAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. - O Poder Judiciário, no exercício de sua atividade interpretativa, deve prestigiar, nesse processo hermenêutico, o critério da norma mais favorável (que tanto pode ser aquela prevista no tratado internacional de direitos humanos como a que se acha positivada no próprio direito interno do Estado), extraindo, em função desse postulado básico, a máxima eficácia das declarações internacionais e das proclamações constitucionais de direitos, como forma de viabilizar o acesso dos indivíduos e dos grupos sociais, notadamente os mais vulneráveis, a sistemas institucionalizados de proteção aos direitos fundamentais da pessoa humana. Precedentes: HC 93.280/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. (RMS 32732 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 03/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2014 PUBLIC 01-08-2014 RTJ VOL-00228-01 PP-00466)

Convém citar, ainda, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que dispõe, em seu artigo I, que "O termo 'deficiência' significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que **limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária**, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social".

Não bastasse, a impetrante já teve tal condição reconhecida em certames

Superior Tribunal de Justiça

pretéritos, notadamente no concurso público para provimento do cargo de Defensor Público do Estado de Alagoas (certidão à fl. 26, e-STJ), bem como no processo seletivo para Conciliador do próprio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (certidão à fl. 115, e-STJ). Às fls. 116-117, consta o laudo de perícia médica elaborado no concurso público para Defensor Público do Estado de Alagoas, no qual se conclui que a candidata é deficiente.

Como bem pontuou o Ministério Público Federal em seu parecer, “não se revela razoável, nem isonômico, que em um concurso público determinada necessidade especial seja considerada reconhecida à candidata e noutro certame tal condição seja ignorada. Assim, se em dois processos seletivos diferentes a recorrente foi considerada pessoa com deficiência, não se mostra sensato retirar-lhe essa condição em concurso público realizado pela mesma instituição e pela mesma Banca Examinadora”.

Há nos autos, ainda, diversos atestados médicos que confirmam que a impetrante é pessoa com deficiência, com recomendação, inclusive, de uso de órteses e, nos períodos de crises agudas, cadeira de rodas (fls. 244-246, 247 e 248, e-STJ).

Portanto, considerando toda a documentação acostada aos autos – atestados médicos, certidões que dão conta da aprovação em outros certames públicos na condição de pessoa com deficiência e, até mesmo, o laudo da Equipe Multiprofissional e Interdisciplinar em que foram confirmadas as limitações de locomoção da autora –, tenho convicção de que a segurança merece ser concedida.

No Recurso Ordinário, contudo, a impetrante requer a concessão da segurança para que seja determinada sua imediata nomeação e posse. Às fls. 620-650, e-STJ, reitera o pedido, juntando documentos que demonstram a nomeação de vários candidatos em 2020 e 2021.

Mas esse pedido não foi feito na inicial do Mandado de Segurança, que se

Superior Tribunal de Justiça

limitou a requerer a declaração de ilegalidade do ato administrativo que a inabilitou no certame. Além disso, seria necessário discutir outros pressupostos, que não foram debatidos neste feito, como a ordem final de classificação da candidata, a quantidade de vagas existentes para pessoas com deficiência e o cronograma de nomeações. Ademais, os documentos de fls. 620-650, e-STJ, só foram juntados no dia 10.6.2022 e, por isso, não foram objeto de contraditório.

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao Recurso Ordinário**, para reconhecer a ilegalidade do ato administrativo que excluiu a candidata do certame, de modo a restabelecer habilitação e classificação na lista reservada às pessoas com deficiência no concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

É como **voto**.

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA TURMA

Número Registro: 2021/0283559-7

PROCESSO ELETRÔNICO

RMS 67.298 / BA

Números Origem: 8004480-69.2020.8.05.0000 80044806920208050000

PAUTA: 14/06/2022

JULGADO: 14/06/2022

Relator

Exmo. Sr. Ministro **HERMAN BENJAMIN**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MARIO LUIZ BONSAGLIA**

Secretária

Bela. **VALÉRIA RODRIGUES SOARES**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : -----

ADVOGADOS :

VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA BREDERODES - PE033622

MARIA GABRIELA BREDERODES BARROS - PE034915

JOSÉ SÉRGIO ALVES AMORIM - BA050167

----- BA038404

RAFAELA CABRAL DAMASCENO - BA044130

RECORRIDO :

ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR :

RAISSA BARBOSA ASSIS DINIZ - BA058726

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Concurso Público / Edital - Classificação e/ou Preterição

SUSTENTAÇÃO ORAL

Dr(a). **VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA BREDERODES,** pela parte RECORRENTE: -----

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator."

Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Página 12 de 4

